



----- Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, nos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, compareceram pelas catorze horas, os Senhores: EDUARDO MANUEL DOBRÕES TAVARES, Presidente Substituto; ANTÓNIO MANUEL AMARAL SALGUEIRO, VICTOR JOSÉ NEVES BEBIANO e JOSÉ JOAQUIM REBOREDO ALMENDRA, Vereadores. -----

----- Faltou, por motivo justificado, a Senhora Presidente BERTA FERREIRA MILHEIRO NUNES. -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por **unanimidade**, dos presentes, nos termos da alínea c) do artigo 39º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, justificar a falta mencionada. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente Substituto declarou aberta a reunião, após o que foi lida e aprovada, por **unanimidade**, dos presentes, as atas das reuniões de 14 e 21 de fevereiro do corrente ano e tomadas as seguintes deliberações: -----

BALANCETE

----- Foi tomado conhecimento da existência de fundos através do Balancete do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e dezoito, que acusa o saldo de **€119.141,65** (cento e dezanove mil cento e quarenta e um euros e sessenta e cinco cêntimos) em dotações orçamentais e de **€174.209,49** (cento e setenta e quatro mil e duzentos e nove euros e quarenta e nove cêntimos) em dotações não orçamentais. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

----- Na sequência da reunião de câmara de 14-02-2018, esteve presente a Técnica da Ação Social, Alexandra Castilho, que prestou esclarecimentos relativamente ao ponto 24 da ordem do dia da reunião de 23-01-2018, “*Candidatura ao Fundo Social de Apoio à Habitação do requerente com NIPG 6479/17*”. -----

----- De seguida, o Senhor Vereador Vitor Bebiano, no âmbito da protecção contra incêndios e no seguimento do trabalho que tem vindo a ser feito com os proprietários para limparem as faixas obrigatórias por lei, referiu que já não é a primeira vez que acontece um carro de bombeiros querer passar num caminho e não conseguir porque há ramos de arvores a menos de 4 metros de altura, há arvores caídas e às vezes arbustos a obstruir os caminhos. Por conseguinte, perguntou se não seria pertinente emitir um edital ao abrigo da lei 2110 (art 71º, 75º e 101º) para que os proprietários procedessem à poda desses ramos, garantindo assim a circulação de viaturas mais altas em todos os caminhos do concelho. -----

----- O Senhor Presidente Substituto, Eduardo Tavares, esclareceu que o Município de Alfândega da Fé já está a implementar medidas para a prevenção dos incêndios florestais no concelho. Disse também que o objectivo da autarquia passa por informar e sensibilizar todos os proprietários acerca da implementação das medidas para a prevenção dos incêndios florestais, sendo que já estão a fazer em todas as freguesias do concelho uma sessão de esclarecimentos no sentido de sensibilizar para a limpeza das propriedades. Mais informou que a responsabilidade de gerir os caminhos agrícolas das freguesias é da restrita competência destas. -----

----- Entretanto, esteve presente o Senhor Comandante dos Bombeiros Voluntários, João Martins, que prestou alguns esclarecimentos relativamente às medidas que estão a ser implementadas no terreno e informou que hoje mesmo já tinham sido iniciados os trabalhos de limpeza. -----

----- Seguidamente, o Senhor Vereador Vitor Bebiano sugeriu que fosse criado um Banco de Terras Municipal, à semelhança do que acontece já noutros municípios, explicando que seria constituído por terras cedidas gratuitamente à Câmara Municipal de Alfândega da Fé, por proprietários que não tenham disponibilidade para as tratar, limpar etc, para



futura utilização agrícola por terceiros. Explicou também que a principal finalidade do Banco de Terras Municipal seria, de uma forma livre e consentida, assegurar aos proprietários, que por qualquer razão não tivessem condições para tratar da propriedade, a poderem disponibilizar a pessoas interessadas no exercício da actividade agrícola, a título gratuito ou com aluguer simbólico, contribuindo assim, para a diminuição do desemprego local, o aumento das produções e a garantia que a propriedade andaria devidamente limpa e tratada. O Senhor Vereador Vitor Bebiano, acrescentou que teria, ainda, como finalidade, permitir que terras abandonadas fossem disponibilizadas, deixando de comprometer um desenvolvimento sustentável. Por outro lado, o Senhor Vereador referiu que garantiria ainda, a eficácia das acções de prevenção de riscos e de intervenção em situações de emergência, designadamente a ocorrência de incêndios florestais. -----

----- O Senhor Presidente Substituto, Eduardo Tavares, disse que neste aspecto, o Município de Alfândega da Fé tem demonstrado um grande dinamismo e foi o primeiro Município a nível nacional a desenvolver um projecto de arrendamento de terras a jovens em parceria com a Bolsa Nacional de Terras. Disse ainda que iriam analisar o modelo proposto bem como o modelo da Câmara Municipal da Figueira da Foz. -----

----- Posteriormente, o Senhor Vereador Vitor Bebiano disse saberem que o Conselho Cinegético Municipal existe mas que não tem reunido. Salientou depois o facto de a caça e a pesca serem duas actividades fundamentais para atrair turistas para o nosso concelho e que seria importante reunir com todos os clubes e associações para auscultar as suas preocupações, para em conjunto se delinear uma estratégia de fomento da caça e da pesca e desenvolvimento sustentado. Propôs que um dos assuntos que seja levado à reunião desse Conselho Municipal seja a construção de um Campo de Tiro Municipal, que permita voltar a colocar Alfândega da Fé no circuito regional da zona norte de tiro desportivo com armas de caça e assim trazer gente ao nosso concelho, dizendo que é disso que nós precisamos. Mais referiu que considera esta infra-estrutura muito importante, pois possibilitaria a todos os caçadores e não só, na época de defeso treinar a sua performance de tiro e atrair outros aficionados do tiro desportivo para o nosso concelho, possibilitando assim a criação de riqueza. O Senhor Vereador Vitor Bebiano entende que outro assunto pertinente para se levar a uma reunião desse Conselho seria o repovoamento das nossas barragens. -----

----- O Senhor Presidente Substituto, Eduardo Tavares, informou que este Executivo, quando tomou posse, desenvolveu uma série de iniciativas junto das Associativas e Municipais do Concelho, para analisar o sector cinegético e criar estratégias para a dinamização desta actividade. Foram também feitas reuniões com a tutela, tendo as mesmas culminado num documento estratégico de reivindicação de algumas medidas e enviado ao poder Central. Além disso, o Senhor Presidente Substituto disse que nos últimos anos tem sido feito um forte investimento em iniciativas e infra-estruturas de apoio a esta actividade e de forma abrangente a todas as organizações do Concelho. De realçar, disse, temos tido eventos regionais e nacionais no nosso Concelho, fruto desta política e do envolvimento de todas as organizações do Concelho. O Senhor Presidente Substituto, Eduardo Tavares, disse que ainda este ano de 2018, este Município tem projectos de apoio para continuar a dinamizar a caça e a pesca e que irão em breve para o terreno. -----

----- Depois, o Senhor Vereador Vitor Bebiano perguntou quais eram os critérios para se ter água num estábulo ao que o Senhor Presidente Substituto, Eduardo Tavares, respondeu dizendo que tem que haver serviço disponível a menos de 20 metros. -----

----- De seguida, o Senhor Vereador Vitor Bebiano, referindo-se à Amendoeira em Flor, perguntou se este ano, não iriam fazer nenhuma actividade. Perguntou também se não seria melhor entrar em contacto com a Associação de Comerciantes para disponibilizar a sala de formação para os produtores que quiserem, terem ali um espaço gratuito, para aos fins de semana poderem vender os seus produtos. -----



----- O Senhor Vice-Presidente, Eduardo Tavares respondeu dizendo que não, pois pretendem apostar na Festa da Cereja. -----

----- Por fim, o Senhor Vereador Vitor Bebiano lembrou que ainda não lhes tinha sido enviado o Relatório da Ação Social de 2016. O Senhor Presidente Substituto, Eduardo Tavares, disse que logo que a Chefe de Divisão Administrativa e Financeira esteja ao serviço o enviarão. -----

ORDEM DO DIA

1. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ E A FREGUESIA DE SAMBADE

----- Retirado da ordem do dia. -----

2. LEI Nº 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2012 - ARTIGO 15.º DECLARAÇÕES 2017

----- Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão Administrativa e Financeira, datada de 31-01-2018, que a seguir se transcreve: -----

----- “Os dirigentes máximos e responsáveis pela contabilidade das entidades públicas devem de acordo com o artigo nº 15, Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro LCPA, alterado pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, em relação à situação verificada em 31 de Dezembro do ano anterior: -----

----- 1- Declarar da conformidade dos registos nas bases de dados centrais de compromissos plurianuais com os efectivos compromissos plurianuais da entidade; -----

----- 2- Identificar de forma individual todos os pagamentos e recebimentos em atraso da entidade. -----

----- - As entidades da Administração Local enviam as declarações referidas, à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal. -----

----- - As declarações são publicitadas no sítio da internet das entidades e integram o respectivo Relatório e Contas, constituindo violação do disposto no presente artigo infracção disciplinar.” -----

----- Assim, e em conformidade com a imposição legal, segue em anexo as declarações prestadas pelas Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, que contém a seguinte informação: -----

----- 1- Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2017 (art. 15.º, n.º 1, a)); -----

----- 2- Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2017 (art. 15.º, n.º 1, b)); -----

----- 3- Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2017 (art. 15.º, n.º 1, b)). -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal tomou conhecimento das declarações prestadas pela Senhora Presidente da Câmara, anexas à informação acima transcrita, a saber: Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2017 (art.15.º, n.º 1, a)); Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2017 (art.15.º, n.º 1, b)); Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2017 (art.15.º, n.º 1, b)) e deliberou, por **unanimidade**, dos presentes, enviá-las à próxima sessão da Assembleia Municipal, também para conhecimento. -----

3. ACEITAÇÃO DE DOAÇÃO DE OBRA DA EXPOSIÇÃO “NAS NUVENS”

----- Sobre o assunto, presente uma informação da Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, datada de 09-02-2018, que a seguir se transcreve: -----

----- “Serve a presente para inventariar e proceder ao registo de doação ao Município, de uma obra da artista plástica Fátima Maria Andrade Ferreira Leite, que esteve patente na exposição “Nas Nuvens”, na Galeria Eng. Manuel Cunha, da Casa da Cultura, com a designação de técnica mista sobre tela 40x100cm, com o valor de 770,00€. -----

----- Junto anexo declaração de doação” -----



----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **unanimidade**, dos presentes, nos termos da alínea j) do nº 1 do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aceitar a doação, por parte da artista plástica Fátima Maria Andrade Ferreira Leite, de uma obra patente na exposição “Nas Nuvens”, no valor de €770,00. -----

4. CONFRARIA DE SANTO ANTÃO DA BARCA – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO

----- Na sequência da deliberação tomada na reunião de câmara de 14-02-2018, estiveram presentes dois membros da Direção da Confraria de Santo Antão da Barca e prestaram alguns esclarecimentos relativamente ao pedido de apoio apresentado. -----

----- Discutido e apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **unanimidade**, dos presentes, atribuir à Confraria de Santo Antão da Barca um apoio financeiro no montante de €5.000,00, para ajudar no pagamento de despesas correntes, manutenção do espaço e equipamentos e plantação de árvores. -----

5. FELGUEIRAS – ALDEIA DA BIOSFERA PROJETO DE REABILITAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE PARA TODOS – FASE 2, REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS E INFRAESTRUTURAS - APROVAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS E ABERTURA DO PROCEDIMENTO – PARA CONHECIMENTO

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

6. FELGUEIRAS – ALDEIA DA BIOSFERA PROJETO DE REABILITAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE PARA TODOS – FASE 2, REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS E INFRAESTRUTURAS – RELATÓRIO PRELIMINAR E AUDIÊNCIA PRÉVIA – PARA CONHECIMENTO

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

7. SETOR DE AMBIENTE - PROJETO DE RECOLHA SELETIVA PORTA-À-PORTA - ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E IPSS'S

----- Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão de Urbanismo e Ambiente, datada de 02-02-2018, que refere o seguinte: -----

----- “O município de Alfândega da Fé através do Setor de Ambiente pretende, juntamente com a Resíduos do Nordeste, aumentar a eficiência na recolha de resíduos seletivos junto de todos os estabelecimentos comerciais e IPSS do concelho de Alfândega da Fé. Com esta campanha promove-se a recolha seletiva em prol da indiferenciada tornando o sistema mais sustentável. Outra componente deste projeto é o alargamento de horário do ecocentro para melhor servir a população dinamizando o espaço, promovendo a triagem dos resíduos produzidos, sendo encaminhados para as fileiras correspondentes. -----

----- Assim sendo, serão estabelecidas rotas com dia e hora definida em todos os estabelecimentos comerciais e serão recolhidos a título gratuito os seguintes resíduos: papel e cartão, plástico, metal, vidro, óleo alimentar e pilhas. Esta recolha será feita por funcionário do ecocentro em viatura disponibilizada pela Resíduos do Nordeste. -----

----- Será promovida uma ação de divulgação junto de todos os que pretendam usufruir deste serviço e as condições em que devem acondicionar os resíduos, que serão posteriormente recolhidos. -----

----- O município pretende melhorar as metas definidas para 2020 de “deposição de RUB’s em aterro”. Este projeto será pioneiro nos municípios que integram a empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste, colocando na ordem do dia o Desenvolvimento Sustentável, ao qual se associam noções como: as precauções ambientais (preservação dos recursos naturais), a eficiência ambiental (durabilidade das ações), a eficiência do bem-estar, a equidade e a segurança. Assim, pode-se considerar que a formulação de uma visão estratégica de segurança integra necessariamente o conceito de sustentabilidade como suporte de um planeamento ambiental e territorial. -----



----- Como o município de Alfândega da Fé se encontra certificado pela Norma 14001 (ambiente) é importante colocar em prática os seus compromissos presentes na sua política ambiental: “zelar pela proteção do ambiente, promovendo a mitigação das alterações climáticas, prevenindo a poluição e a gestão eficaz dos resíduos, e valorizando a biodiversidade autóctone;” -----

----- Este projeto será apresentado à Associação Industrial de Comercial de Alfândega da Fé, para dar a conhecer este serviço e promover a sua divulgação junto dos seus sócios. -----

----- Proponho que seja dado a conhecer este projecto em reunião de câmara.” -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- Por último deliberou a Câmara Municipal aprovar esta ata em minuta, por **unanimidade**, dos presentes, nos termos do n.º 3 do Art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, para efeitos imediatos. -----

----- E não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente Substituto, Eduardo Tavares, declarou encerrada a reunião, pelas dezasseis horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada. ----

----- E eu, Sandra Manuela Penarroias Fernandes Camelo, Técnica Superior, a mandei lavar, subscrevo e também assino. -----

Presidente da Câmara Municipal: _____

Secretária da Reunião: _____

sandrac